



Eixo: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase na Questão Urbana.

UMA REFLEXÃO ACERCA DO ESPAÇO DA CIDADE ENQUANTO LÓCUS DE ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA POLÍTICA

FERNANDA AZEVEDO CORDEIRO¹

Resumo: O presente estudo consiste em uma pesquisa teórica que tem por objetivo refletir acerca dos processos de resistência e protagonismo político da classe trabalhadora na conjuntura contemporânea, em especial, os movimentos urbanos e as lutas pelo direito à cidade. Compreende-se a importância de se debater as dinâmicas atuais do capitalismo diante do movimento de mundialização financeira em sua face contemporânea da barbárie, e os consequentes impactos para a classe trabalhadora e a vida desta na cidade. Na esteira deste debate, pretende-se problematizar o espaço da cidade enquanto foco da organização política e da revolta.

Palavras-chave: Movimentos Urbanos; Direito à Cidade; Organização Política.

Abstract: The present study consists of a theoretical research whose objective is to reflect on the processes of resistance and political protagonism of the working class in the contemporary conjuncture, especially the urban movements and the struggles for the right to the city. The importance of discussing the current dynamics of capitalism in the face of the financial globalization movement in its contemporary face of barbarism, and the consequent impacts on the working class and the city's life, are discussed. In the wake of this debate, we intend to problematize the space of the city as the focus of political organization and revolt.

Keywords: Urban Movements; Right to the City; Political Organization.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo consiste em uma pesquisa teórica que se norteia pela seguinte hipótese - objeto de pesquisa em andamento da autora em tela - os movimentos urbanos que vem ganhando destaque no contexto contemporâneo brasileiro, diante das desiguais condições de reprodução social nas cidades, ainda que não possuam o mesmo poderio de pressão que os movimentos clássicos entre capital e trabalho, vinculados a sindicatos e partidos políticos, se apresentam enquanto impulsionadores de um movimento coletivo. Essa afirmativa se realiza por estes apresentarem pautas comuns acerca das condições de reprodução social da classe trabalhadora empobrecida, com um

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <fernanda_acordeiro@hotmail.com>

nítido sentido de classe e um papel fundamental na construção de um momento favorável para as mobilizações.

Compreende-se a importância de se debater as dinâmicas atuais do capitalismo diante do movimento de mundialização financeira em sua face contemporânea da barbárie, e os consequentes impactos para a classe trabalhadora e a vida desta na cidade. No Brasil, as cidades são o lugar onde mais de 84% dos sujeitos se reproduzem socialmente, segundo o Censo 2010. De acordo com Caldeira (2005), os conflitos urbanos tomaram o lugar das antigas lutas trabalhistas ocorridas nas fábricas e o espaço da cidade passou a ser o foco tanto da organização política quanto da revolta. O que eram a fábrica e as condições de trabalho industrial, que davam o simbolismo para as revoltas, hoje são as cidades e as condições de vida nelas. É fundamental destacar que se compreende que o conflito capital versus trabalho permanece sendo o determinante para as contradições vigentes nos espaços das cidades, no entanto, as mudanças no mundo do trabalho e nas condições de reprodução social no espaço urbano vem fomentando novas bandeiras de luta e variadas formas de resistência, que tem nas cidades um favorável cenário de mobilização.

Na esteira deste debate, pretende-se problematizar a formação sócio histórica do Brasil, com a aproximação das particularidades do desenvolvimento capitalista na periferia dependente. Pensar acerca disso pressupõe debater categorias centrais como consciência de classe, Estado e as formas de dominação que garantem a reprodução deste modo de produção enquanto hegemônico com os consequentes rebatimentos na organização política da classe trabalhadora e nas possibilidades de construção de relações contra hegemônicas protagonizadas por esta classe.

Considera-se portanto, que a discussão é fundamental para o debate do Serviço Social, sobretudo para se pensar a relação da profissão com os movimentos de resistência protagonizados pela classe trabalhadora, na medida que, esse profissional historicamente tem sido chamado para atuar nas mediações entre o Estado e as classes sociais, relações marcadas por conflitos quase sempre negligenciados e/ou relegados à ação policial.

2. DESENVOLVIMENTO

Para a tradição marxista, o modo de produção capitalista não compreende apenas a atividade econômica imediata, mas remete à totalidade da vida social ou, em outros termos, ao conjunto das relações sociais que sustentam o capitalismo e se estabelecem em determinados períodos históricos e espaços geográficos (GUERRA; GUIMARÃES; SILVA, 2012, p.196). Desse modo, se compreende os rebatimentos desse modo de produção nos processos de produção e reprodução social.

Diante disso, apresentamos enquanto questão central do estudo: “Como pensar a relação capital versus trabalho na conjuntura contemporânea?” O objetivo com esta indagação é problematizar o lugar ocupado pelo trabalho e, conseqüentemente, pela classe que vive do trabalho, em um contexto de crise de emprego e de direitos e, porque não dizer, de um modo de produção que segundo Marx e Engels (1999) cria seus próprios coveiros, mas também as estratégias necessárias para sua reprodução.

É importante destacar que as condições e relações vigentes no mundo do trabalho na periferia dependente incidem diretamente na apropriação desigual dos bens, recursos e serviços presentes nas cidades, do mesmo modo que no cenário atual o espaço urbano se apresenta como fonte de investimento do capital em sua busca incessante por novos espaços de valorização e acumulação, ambos os fatores resultam no acirramento das desigualdades sócio espaciais, impactando assim as condições de reprodução social dos sujeitos nas cidades. Fruto desse processo está a alienação na cidade, segundo Carlos et. al (2017, p.33), “o momento atual do processo de reprodução do espaço urbano como totalidade social, se realiza pelo aprofundamento da cisão entre criador (a sociedade sujeito da produção do espaço) e sua criação (o espaço urbano, que no mundo moderno se reproduz sob a lógica da mercadoria)”.

O trabalho se justifica diante da importância desse debate no atual cenário brasileiro, onde o esgotamento dos avanços civilizatórios é uma tônica e se torna cada vez mais difícil à construção de processos de enfrentamento, frente à constituição de um Estado autocrático e pela hegemonia de uma ambiência cultural de concepção pós-moderna que atinge a objetividade e

subjetividade da classe trabalhadora no sentido de cooptá-la ao projeto de exploração e dominação de classe. No entanto, afirmar este apassivamento não significa considerar que não existem formas de resistência, mas que estas ganharam na contemporaneidade novos contornos que impactaram diretamente no poderio de pressão dos movimentos e nas possibilidades de construção de relações contra hegemônicas protagonizadas pela classe trabalhadora.

Diante disso, é fundamental considerar que as particularidades do desenvolvimento capitalista na periferia dependente se expressam com ênfase, nas características assumidas pelo Estado e nas condições de reprodução social da classe trabalhadora. Pensar acerca disso pressupõe compreender as dinâmicas atuais do capitalismo nos países periféricos, o Estado e as formas de dominação de classe que garantem a reprodução deste modo de produção enquanto hegemônico. Uma breve aproximação das características próprias do capitalismo na América Latina, sobretudo no Brasil, é fundamental para o estudo das atuais conformações da organização política da classe trabalhadora pelo direito à cidade

A fase imperialista do capitalismo, entendida enquanto expressão do capitalismo monopolista plenamente desenvolvido onde a livre concorrência cede lugar aos monopólios, tem como elementos centrais a concentração e a centralização dos capitais, bem como, a união entre o capital bancário e o capital industrial, relação desencadeadora da origem do capital financeiro e da dominância de uma oligarquia financeira que concentra grande parte das riquezas, conforme nos apresenta Lenin (2012).

Simultaneamente, desenvolve-se, por assim dizer, a união pessoal dos bancos com as maiores empresas industriais e comerciais, a fusão de uns com as outras mediante a aquisição das ações, mediante a participação dos diretores dos bancos nos conselhos de supervisão (ou de administração) das empresas industriais e comerciais, e vice-versa (LENIN, 2012, p. 68).

A predominância do capital financeiro, desencadeadora do acirramento da centralização do capital, tem como fruto “uma situação privilegiada de uns poucos Estados financeiramente “poderosos” em relação a todos os restantes” (LENIN, 2012, p. 89), o que conduz a partilha direta do mundo e acarreta na

dependência dos países as grandes economias. Este movimento se caracteriza enquanto um novo grau da concentração mundial do capital e da produção que do ponto de vista político é uma tendência à violência e reação (LENIN, 2012).

Diante disso, temos a predominância do desenvolvimento desigual entre os países, segundo Mandel (1982). Para o autor, as características próprias da era do imperialismo clássico encontram-se plenamente válidas para o capitalismo tardio. Mandel em “O Capitalismo Tardio” destaca que o desequilíbrio é próprio da gênese desse modo de produção e condição determinante para o movimento desigual e combinado do capital, “a falta de homogeneidade na economia capitalista é um desfecho necessário do desdobramento das leis de movimento do próprio capitalismo” (MANDEL, 1982, p. 58). Isso se expressa com ênfase na relação entre os países coloniais e as grandes metrópoles. Como destaca o autor, o movimento desencadeador da desigualdade na era do capitalismo deriva da troca de quantidades desiguais de trabalho entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, sendo parte da massa de valor dos países imperialistas criada não através da mais-valia dos operários metropolitanos, mas pelos produtores das semicolônias.

Ao nos determos na particularidade do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, Marini (2000) nos fornece importantes contribuições acerca da relação de dependência dos países da América Latina,

“Ruy Mauro Marini afirma que, nessas condições, o capitalismo latino-americano é deformado. Isto porque a superexploração aguça contradições que são próprias ao capitalismo enquanto modo de produção. Em particular, a superexploração limita a escala do processo de acumulação nacional, garantindo transferência estrutural de mais-valia, ou de lucro, para o núcleo orgânico do capitalismo, formado pelas economias avançadas. Por sua vez, a transferência amplia a escala de acumulação nestas últimas economias” (FILHO, 2013, p.12).

Nas palavras de Yamamoto (2014), o Brasil experimentou um processo de modernização capitalista, sem por isso ser obrigado a realizar uma “revolução democrático-burguesa”, com uma maior distribuição da riqueza socialmente produzida. De acordo com Fernandes (1976) a transição é marcada por uma “democracia restrita”, onde o país transitou da “democracia dos oligarcas” à “democracia do grande capital”, com clara dissociação entre

desenvolvimento capitalista e regime político democrático, sendo esse processo acompanhado de concentração de renda e de uma ampla expropriação dos trabalhadores. Segundo Mattos (2017), a “revolução burguesa” é entendida enquanto “transformação capitalista” e “dominação burguesa” via Estado – “em uma sociedade periférica e dependente como a brasileira” e continua ao afirmar que ao contrário de um modelo democrático-burguês, o processo local seria “uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia”, tendo a dominação um caráter permanentemente contrarrevolucionário.

Nessa direção, Maranhão (2010) evidencia o paradoxo da fase imperialista do capital: “ao lado da grande soma de dinheiro e capitais, sempre disponíveis para os investimentos lucrativos, acumula-se também uma massa de trabalhadores sem emprego e “livres” para serem incorporados pelo capital” (MARANHÃO, 2010, p. 113) havendo assim, uma expansão da superpopulação relativa entendida enquanto um grupo heterogêneo de trabalhadores que se encontram tanto desempregados ou parcialmente empregados. Com isso, conforme nos sinaliza Iamamoto (2014), o atual processo de acumulação produz uma população relativamente supérflua e subsidiária às necessidades de aproveitamento do capital, nas palavras da autora:

É a lei particular de população deste regime de produção: com a acumulação, obra da própria população trabalhadora, esta produz, em volume crescente, os meios de seu excesso relativo. Acresce-se a isso o interesse dos empresários capitalistas em extrair uma maior quantidade de trabalho de uma parcela menor de trabalhadores já empregados -, via ampliação da jornada de trabalho e intensificação do trabalho -, articulando os meios de extração da mais-valia absoluta e relativa (IAMAMOTO, 2014, p. 157).

Esta expansão resulta em rebatimentos para a classe trabalhadora, sobretudo na organização política. Mandel (1982) alerta o objetivo do capital com a ampliação do desemprego em tentar minar a solidariedade de classe entre os trabalhadores incidindo assim na capacidade de luta dos assalariados organizados e ainda empregados.

Um elemento central para se pensar a organização política da classe trabalhadora está na função desempenhada pelo Estado. Como nos apresenta

Netto (2012), a preocupação de Marx com o pensamento hegeliano ocorre fundamentalmente com a relação estabelecida pelo autor entre Estado e Sociedade Civil. Ainda nas palavras do autor, em 1843, Marx sob influência de Feubarch, descontrói as formulações de Hegel. Como destaca Coutinho (1998), Marx irá formular o conceito de "classe universal" a partir do proletariado, uma esfera que por suas dores universais possui um caráter universal.

Como destacam Marx e Engels (1999) toda história existente hoje das sociedades é a história das lutas de classe e, o Estado, na sociedade burguesa é fundamental para exercer um poder de classe. Segundo Mandel (1982, p. 340), “a administração das crises é uma função tão vital do Estado na fase tardia do capitalismo quanto sua responsabilidade por um volume enorme de “condições gerais de produção” ou quanto seus esforços para assegurar uma valorização mais rápida”. Entre as condições gerais de produção destaca-se, conforme aponta o autor, o ataque sistemático à consciência de classe do proletariado através de uma vasta maquinaria de manipulação ideológica, no sentido de despolitizar a classe operária.

Como desenvolve lamamoto (2014, p. 128), a inserção do Brasil em um mercado mundializado, “carrega a história de sua formação social, imprimindo um caráter peculiar à organização da produção, às relações entre o Estado e a sociedade, atingindo a formação do universo político-cultural das classes, grupos e indivíduos”.

Em seu estudo sobre a consciência operária, Frederico (1978) a compreende a partir das proposições de Lukács e Lenin. Segundo o autor, Lukács entende o processo de formação da consciência de classe enquanto uma aproximação constante da totalidade, tendo como base à práxis, onde falsa e verdadeira consciência são momentos integrantes do processo de formação da consciência de classe. Por falsa consciência, Frederico entende aquela mais presa à ideologia da classe dominante, no entanto afirma que a situação de classe dominada faz com que suas reações mais imediatas sejam consideradas partes do processo histórico de formação da consciência de classe.

O desenvolvimento da consciência, entretanto, não é linear e progressivo. O grande “drama” da consciência operária surge, desde o início, com a separação entre o momento parcial e a totalidade em movimento, entre o interesse imediato e o objetivo final, entre a luta econômica e a luta política. (FREDERICO, 1978, p. 33)

Ainda segundo o autor, após revisitarem suas proposições acerca da consciência de classe, Lukács e Lenin, indicam um caminho comum, a vinculação dialética que deve existir entre a prática social e a consciência, o que nos permite pensar “como, no interior da classe operária, as formas diferenciadas da prática social moldam diferentes níveis de consciência” (FREDERICO, 1978, p. 43).

Como aponta Frederico (1978), a formação social brasileira resulta em impactos diretos na formação do universo político-cultural das classes, sobretudo pelos seguintes elementos, o surgimento de lideranças populistas e desenvolvimentistas com o peso de valores de um passado rural, as condições de dependência relegariam para segundo plano a contradição entre capital e trabalho e o assalariamento por se apresentar como um privilégio resultaria em uma “solidariedade moral” entre a classe operária e a ordem capitalista, estando o limite da consciência operária na negação da pobreza e do subdesenvolvimento e na afirmação de uma fase mais avançada da sociedade capitalista.

É ponto comum que as particularidades do modo de expansão do capitalismo no país são fundamentais para a discussão das condições de reprodução social classe trabalhadora no espaço urbano e as conformações da organização política desta classe na luta pelo direito à cidade. Sobretudo, na medida em que na contemporaneidade se acirra o movimento de apropriação do espaço urbano enquanto mercadoria, como fonte de investimento do capital em sua busca incessante por novos espaços de valorização e acumulação, engendrando assim, o fenômeno da alienação na cidade.

Com a crise mundial do capital vivenciada na década de 70 e suas medidas de enfrentamento, ocorreram mudanças significativas no mundo do trabalho que buscaram elevar a lucratividade e acumulação com a redução dos custos do trabalho, estas foram sentidas duramente no interior da classe trabalhadora. O fordismo, a partir dos anos 80 perde a sua centralidade e de

acordo com Antunes (2011) mescla-se com outros processos produtivos, ocorrendo o advento de uma nova forma produtiva. Novos processos de trabalho emergem, “onde o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela especialização flexível, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado” (ANTUNES, 2011, p. 24). Ainda nas palavras do autor, uma simbiose de elementos, representados pelo toyotismo, se expande e generaliza, a partir da reestruturação produtiva. No Brasil, este processo se destaca a partir dos anos 90.

As medidas de enfrentamento à crise de acumulação do capital acabam por dar novos contornos às configurações do trabalho, do Estado e da questão social. O capital internacionalizado num amplo movimento de concentração e centralização subordina aos seus fins de valorização, toda a organização da vida em sociedade: a economia, a política e a cultura. A mundialização financeira unifica, dentro de um mesmo movimento, a reforma do Estado, tida como específica da arena política, a reestruturação produtiva, referente às esferas econômicas e do trabalho, bem como, as novas expressões da questão social e as concepções pós-modernas (IAMAMOTO, 2014). Raichelis (2006) afirma que os processos de mundialização da economia e sua financeirização resultam na generalização das relações mercantis para todas as esferas da vida social.

De acordo com as proposições de Chesnais (1998, p.15) acerca das atuais dinâmicas, uma parcela cada vez mais elevada dos rendimentos é direcionada para a esfera financeira, a partir desse momento ocorrem “dentro do campo fechado da esfera financeira, vários processos, em boa parte fictícios, de valorização, que fazem inchar ainda mais o montante nominal dos ativos financeiros”. Esta é, para o autor, a base de funcionamento do capitalismo na contemporaneidade, essa é a “pedra angular” de edificação de um novo regime de acumulação, com dominância financeira.

Como sinaliza Iamamoto (2014), retomando Marx, o capital fetiche, elemento central dessa nova etapa do capitalismo diz respeito ao caráter alienado da relação do capital. Sua feitichização alcança seu ápice no capital que rende juros. O dinheiro, segundo a autora, “aparece como fonte misteriosa,

como coisa autocriadora de juro, obscurecendo assim, as cicatrizes de sua origem, a exploração do trabalho revertida em mais-valia, assumindo a forma mais coisificada do capital (IAMAMOTO, 2014, p. 93)”.

Os processos gestados estão intimamente relacionados com a contrarreforma do Estado, conforme destacam Behring e Boschetti (2007). Esta foi implementada nos países da América Latina pós Consenso de Washington e capitaneadas por um conteúdo conservador e regressivo em relação aos direitos sociais conquistados ao longo do século XX, consolidando as bases necessárias para reprodução do capitalismo. Além das mudanças no mundo do trabalho, a classe trabalhadora é atingida com a retração das políticas públicas de proteção social.

O Estado Capitalista, na era dos monopólios, passou a intervir diretamente na reprodução da força de trabalho, através das políticas sociais, o que significou para o capital a socialização de parte dos custos da produção, e para os trabalhadores, ganhos civilizatórios (...). Nessas experiências que assumiram formas variadas, registra-se a articulação orgânica entre trabalho assalariado e políticas sociais direcionadas aos riscos do trabalho, emblemáticos dos sistemas de seguridade social. Contudo, a partir da crise dos anos 1970, quando o desemprego estrutural agrava a questão social, em lugar da proteção reivindicada pelos trabalhadores, assiste-se à supressão dos direitos, sob o influxo do neoliberalismo (MOTA, 2012, p. 196-197).

As reformas introduzidas pós crise do capital nos anos 70, também apresentaram rebatimentos diferenciados entre os países, reflexo do padrão desigual do capitalismo de se desenvolver. Maricato (2015) ressalta que se o impacto da globalização sobre o mundo desenvolvido foi forte, o que dizer do impacto que sofrem nações onde a maior parte da população nunca conheceu os direitos universais: emprego, previdência, saúde, educação, habitação, como é o caso do Brasil. Nas palavras da autora, essas mudanças desabam sobre um sistema político que não se modernizou. Ao contrário, estamos nos referindo a sistemas políticos baseados no patrimonialismo, clientelismo e que mantém grande parte da população na informalidade, sem acesso aos direitos trabalhistas.

Segundo Mota (2012), não existem dúvidas de que estamos diante da mais profunda crise do capitalismo, que expõe as contradições da nova dinâmica da acumulação, manifestando-se em diversas frentes: a financeira, a ambiental, a urbana e a do emprego, em suas mais destacadas expressões.

Nessa perspectiva, propomos a discussão do urbano sob a perspectiva do direito à cidade na medida em que compreendemos que o processo de mundialização financeira caminha junto às novas formas de gestão da cidade e as condições de reprodução da classe que vive do trabalho nestas.

Segundo Lefebvre (1973), as relações sociais de produção envolvem contradições de classe (capital e trabalho) que se amplificam em contradições sociais (burguesia e proletariado) e políticas (governados e governantes). Toda a sociedade torna-se lugar da reprodução das relações sociais. Todo o espaço ocupado pelo capital transforma-se em “espaços de poder” – a empresa, o mercado, a vida cotidiana, a família, a cidade.

A construção da problemática urbana resulta para Carlos (2007) na discussão de que ela abrange somente à cidade, mas de pensarmos o urbano, a formação de uma sociedade urbana que vem impondo um modo de vida, que obedece à racionalidade inerente ao processo de reprodução das relações sociais. Ao aprofundar este debate, a autora salienta que “a cidade pode ser entendida, dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais — relações produtoras da vida humana, no sentido amplo da reprodução da sociedade” (CARLOS, 2007, p. 21).

No entendimento de Harvey (2013) o conceito de direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos, é um direito comum antes de individual, que depende do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. Assim, para conquistar o direito à cidade, Harvey (2013, p.34) afirma que:

O direito inalienável à cidade repousa sobre a capacidade de forçar a abertura de modo que o caldeirão da vida urbana possa se tornar o lugar catalítico de onde novas concepções e configurações da vida urbana podem ser pensadas e da qual novas e menos danosas concepções de direitos possam ser construídas. O direito à cidade não é um presente. Ele tem de ser tomado pelo movimento político.

As contradições próprias do capitalismo se expressam com ênfase nas cidades. A má distribuição dos equipamentos e serviços urbanos pela intervenção do Estado expressa a socialização contraditória do espaço urbano capitalista contemporâneo e explicita o seu direcionamento social seletivo. Para Maricato (2015) diferentemente da chamada reprodução simples da força

de trabalho, a reprodução ampliada não depende apenas do salário, mas também de políticas públicas, parte das quais são especificamente urbanas. No entanto, nas palavras de Maricato (2013) a cidade não é apenas reprodução da força de trabalho, mas também produto e grande negócio, em especial para os capitais que embolsam, com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas. Uma dupla dimensão entre desenvolvimento do capital e produção do espaço urbano deve ser sinalizada:

(...) o acesso ao espaço na cidade está preso e submetido ao mercado no qual a propriedade privada do solo urbano aparece como condição do desenvolvimento do capitalismo. A existência da propriedade privada significa a divisão e parcelarização da cidade, bem como a profunda desigualdade do processo de produção do espaço urbano, fato que se percebe de forma clara e inequívoca no plano da vida cotidiana inicialmente revelada no ato de morar, que coloca o habitante diante da existência real da propriedade privada do solo urbano. O processo de fragmentação da cidade caminha junto ao processo de mundialização, embora de forma contraditória. Homogênea e fragmentada, a cidade revela, ainda, a hierarquização dos lugares e pessoas como articulação entre morfologias espacial e social e esta estratificação revela as formas da segregação urbana.” (CARLOS, 2007, p. 27)

De acordo com Caldeira (2005) os conflitos urbanos hoje tomaram o lugar das antigas lutas trabalhistas ocorridas nas fábricas, e o espaço urbano da cidade passou a ser o foco tanto da organização política quanto da revolta. O que eram a fábrica e as condições de trabalho industrial, que davam o simbolismo para as revoltas, hoje é a cidade e as condições de vida nelas. Posto isso, não poderíamos deixar de ressaltar que a construção de uma nova forma de apropriação das cidades está imbricada a resistência e ao protagonismo político da classe trabalhadora. Portanto, pensar o lugar da cidade como espaço de lutas, resistências e vocalizações, é fundamental.

Com ênfase no movimento urbano, um vigoroso Movimento Social pela Reforma Urbana recuperou as propostas elaboradas na década de 1960. De 1960 a 1980, houve um acréscimo de cerca de 50 milhões de pessoas nas cidades, e os problemas urbanos se aprofundaram. Segundo a autora esse movimento avançou com conquistas. Dentre eles destacam-se: a) um conjunto de leis que, a partir da Constituição Federal de 1988, aporta instrumentos jurídicos voltados para a justiça urbana, sendo o Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/2001) a mais importante delas; b) um conjunto de entidades,

como o Ministério das Cidades (2003) e as secretarias nacionais de habitação, mobilidade urbana e saneamento ambiental, que retomavam a política urbana agora de forma democrática; e c) consolidação de espaços dirigidos à participação direta das lideranças sindicais, profissionais, acadêmicas e populares como as Conferências Nacionais das Cidades (2003, 2005, 2007) e Conselho Nacional das Cidades (2004) (MARICATO, 2015).

No entanto, ainda de acordo com Maricato (2015) vivemos um paradoxo: quando finalmente o Estado brasileiro retomou o investimento em habitação, saneamento e transporte urbano de forma mais decisiva, um intenso processo de especulação fundiária e imobiliária promoveu a elevação do preço da terra e dos imóveis. Para Vainer (2013) aqueles que acompanham as lutas urbanas sabem que multiplicaram dispersas e fragmentadas manifestações de resistência. As manifestações que impactaram o país em meados de junho de 2013 recuperaram certa unidade e é impossível dissociar as suas razões da condição das cidades. A nova concepção neoliberal destas e sua produção para atender às demandas do capital financeiro são elementos centrais para compreender a explosão desses movimentos. Ainda segundo Vainer (2013), o que aconteceu nas cidades nos últimos anos as preparou para tornar-se o cenário e o alvo das lutas de milhões.

Segundo Farage (2015) os movimentos sociais urbanos constituem-se como sujeitos coletivos fundamentais no processo de luta pela democratização da sociedade e das relações sociais. Segundo aponta a autora, estes por sua vez não são homogêneos e apresentam nos processos de organização política profundas diferenças teóricas, políticas de táticas e estratégias. Alguns com a marca da luta classista, institucional, outros da luta imediata e outros ainda marcados pela cooptação.

Retomando a conjuntura brasileira no que se refere às organizações políticas, segundo Demier (2017), na transição democrática “estruturaram o processo de edificação e aperfeiçoamento no país de uma democracia cada vez mais blindada às aspirações e reivindicações advindas dos setores populares” (2017, p. 67). Com o avanço das lutas da classe trabalhadora desde fins dos anos 70, segundo Mattos (2017), era necessário a recomposição da estabilidade da dominação de classes. O autor apresenta a reunificação dos

interesses burgueses sob o influxo neoliberal nos anos 90 e sua continuidade com os governos do Partido dos Trabalhadores.

Iasi (2012) irá desenvolver sua argumentação acerca do apassivamento da classe trabalhadora a partir das elaborações de Florestan Fernandes, sobretudo do conceito de “democracia de cooptação”. O autor apresenta que no contexto da crise da autocracia burguesa reapareceria o velho dilema da revolução burguesa no Brasil e da necessidade de equacionar o problema político da hegemonia burguesa, sob a necessidade de articular os mecanismos da democracia de cooptação com a organização e o funcionamento do Estado autocrático. Virgínia Fontes afirma que no caso brasileiro, “as burguesias vêm permeando todos os espaços, em atuação supostamente apartidária, mas na prática suprapartidária” (2017, p. 235) e que, a crise política e das democracias, “responde na atualidade ao predomínio avassalador do capital que, amesquinhando os espaços de conflito, deixa entreaberto o conflito central: o da grande política, a superação destas relações” (FONTES, 2017, p. 236) e portanto da sociabilidade imposta pelo capitalismo na periferia dependente.

Abramides (2017, p. 369) destaca que, “a ofensiva do capital se orienta pela “pós-modernidade” em sua tônica ideopolítica de negação das teorias estruturantes, de propagação do capitalismo triunfante em que prevalece o presentismo, o irracionalismo, o estímulo à competitividade e ao individualismo.” A autora aprofunda o debate ao afirmar que esse cenário atinge a objetividade e subjetividade da classe trabalhadora no sentido de cooptá-la ao projeto de exploração e dominação de classe.

Apontar a transformação do sindicalismo diante desse contexto é necessário. Como argumenta Frederico (2009), a reestruturação produtiva promoveu um impacto direto na ação sindical, “até então viabilizada pela concentração operária em algumas poucas fábricas, viu ruir esse “exército pronto para ser mobilizado. A tática do confronto cedeu lugar ao sindicalismo de negociação” (FREDERICO, 2009, p. 7). Os efeitos da ampliação da superpopulação relativa, também são reforçados por Maranhão (2010) nos rebatimentos na organização política da classe trabalhadora. Para o autor, diante desta ampliação a pressão exercida sobre a organização política dos

trabalhadores faz com que os mesmos fiquem cada vez mais preocupados com a subsistência e pressionados a abrir mão da luta política.

Diante disso, verifica-se a predominância no cenário atual de formas de resistência com características que se diferem dos clássicos movimentos protagonizados pela classe trabalhadora ocorridos no interior das fábricas e tem nas cidades um favorável cenário de mobilização, inclusive fomentados por segmentos que vivenciam processos de exploração intensificados, sem organização e representação política.

É a partir dessa perspectiva que sinalizamos a importância para o Serviço Social debater acerca da questão urbana, na medida em que se compreende que pensar a cidade como espaço de resistências é fundamental e, possui vínculo direto com a materialidade do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Conforme sinaliza Duriguetto e Baldi (2012), uma estratégia do Serviço Social para enfrentar o atual movimento do capital tendo como norte a construção de novas relações hegemônicas diz respeito às intervenções nos processos organizativos e de mobilização popular da classe trabalhadora. Como aponta Farage (2014, p. 245) “debater a relação do Serviço Social com os movimentos sociais urbanos é requisito central para revigorar o Projeto Ético-Político da profissão”.

Diante disso, é preciso considerar que o trabalho profissional pode assumir a direção político-ideológica de emancipação humana dessa classe, bem como a de sua subalternização (CARDOSO & LOPES, 2009), pensar na direção ideo-política da profissão é central. De acordo com Iamamoto (2006) significa pensar na intervenção no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, têm efeitos reais na vida dos sujeitos. A vista disso podemos compreender a profissão em uma perspectiva formativa de sujeitos sociais que pode resultar em processos de resistências e protagonismos coletivos diante das situações da vida cotidiana, com maior nível de organização e direção consciente e, portanto, na luta pela hegemonia.

No entanto, conforme aponta Iamamoto (2014) é necessário para a profissão, reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular dos grupos subalternos que parece ter sido submerso do debate profissional diante do refluxo dos movimentos sociais a partir da década

de 90. Conforme aponta Duriguetto (apud, Mota, 2014) existe um processo contraditório, uma vez que, no mesmo período em que se consolida o projeto ético-político, ocorre a retração da relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais. Acerca desta discussão para Mota (2014) cabe a seguinte indagação: se a relação entre o Serviço Social e movimentos sociais rurais e urbanos não teria se tornado menos executiva e mais no campo da assessoria, da formação política, da montagem de cenários e discussão de estratégias.

A partir de sua pesquisa acerca da relação do Serviço Social com os movimentos sociais urbanos, Farage (2016) sinaliza que o que se percebe é uma categoria profissional majoritariamente institucionalizada, pouco apropriada do debate dos movimentos sociais e do direito à cidade. Para comprovação desta hipótese, a autora realiza uma análise dos trabalhos apresentados na modalidade de comunicação oral nos eixos temáticos que abordassem movimentos sociais, lutas sociais e questão urbana entre 2012 e 2015 de quatro eventos nacionais que envolvem o Serviço Social: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), Encontro Nacional de Política Social (ENPS) e Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP). Nestes quatro anos, segundo a autora a somatória dos trabalhos aprovados é de 4954, apenas 353 tratam de movimentos sociais e 177 da questão urbana, 10,67% dos trabalhos apresentados. Diante desse cenário a autora afirma que:

Torna-se evidente, a partir do exposto, que os assistentes sociais estão apartados de uma real aproximação com a classe trabalhadora. Uma hipótese explicativa é que os movimentos sociais não constituem um campo sócio ocupacional destes profissionais e, por consequência, não existe aproximação da categoria como um todo. Quanto às discussões de direito à cidade pode-se inferir que estas também não estão presentes nos debates institucionais, uma vez que, em geral, as instituições empregadoras partem de uma concepção de cidade hegemônica, sob a ótica burguesa. Todavia, não pode-se isentar as universidades de responsabilidade, pois os debates sobre estas temáticas ainda são ínfimos desde a formação profissional. (FARAGE, 2016, p. 12)

Dado o exposto, é necessário ressaltar que pensar a superação destas relações e conseqüentemente da sociabilidade imposta pelo capitalismo na periferia dependente demanda a construção de espaços de fomento de relações contra-hegemônicas protagonizadas pela classe que vive do trabalho.

Discussões como esta contribuem na luta emancipatória de construir no hoje o germe da nova sociedade (GRAMSCI, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou apresentar as contradições próprias do capitalismo que se expressam com ênfase nas cidades. O processo de mundialização financeira caminha junto as novas formas de gestão da cidade e o acirramento das condições de reprodução da classe que vive do trabalho, assentadas na segregação sócio-espacial. O espaço urbano desvela a formação de uma sociedade urbana que vem impondo um modo de vida, que obedece à racionalidade inerente ao processo de reprodução das relações sociais.

Este estudo foi desenvolvido, portanto, com o objetivo de apresentar uma sistematização acerca de aspectos centrais para o debate das formas de resistência no espaço da cidade, tais como a formação social do país, as dinâmicas atuais do capitalismo, direito à cidade, movimentos urbanos e a relação do Serviço Social, em uma perspectiva de materialidade do Projeto Ético-Político Profissional.

É fundamental reafirmar que se compreende que o conflito capital versus trabalho permanece sendo o determinante para as contradições vigentes nos espaços das cidades, no entanto, as mudanças no mundo do trabalho e nas condições de reprodução social no espaço urbano vem fomentando novas bandeiras de luta e variadas formas de resistência, que tem nas cidades um favorável cenário de mobilização.

Com base nesta compreensão que propomos a necessária aproximação dos assistentes sociais, na mediação da prática político-organizativa com os movimentos de resistência pelo direito à cidade em uma perspectiva de construção contínua do Projeto Ético-Político profissional, bem como, com o debate do urbano. Destacamos nessa mediação a esfera profissional e acadêmica, no âmbito da formação, na graduação e pós graduação, espaços fundamentais para dinamizar a elaboração teórica dos assistentes sociais e

iluminar a intervenção no cotidiano das contraditórias relações sociais sob a égide do capitalismo.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C. Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 366-386, 2017.

ANTUNES, R. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
BEHRING, E. R. BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CALDEIRA, T. "Exclusão cordial". Entrevista à **Folha de S. Paulo**. São Paulo, Caderno Mias, 13 nov. 2005.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. 1. ed. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARLOS, A. F. A., ALVES, G, PADUA, R. F. **Justiça Espacial e o direito à cidade**. São Paulo. Contexto. 2017.

CHESNAIS, F. **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

DEMIER, F. Da ditadura bonapartista à democracia blindada. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.), **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. BALDI, Luiz Agostinho de Paula. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. Rev. **Katálysis** [online]. 2012, vol.15, n.2, pp.193-202. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802012000200005. Acesso em: 29 de setembro de 2017.

FARAGE, E. Experiências profissionais do Serviço Social nos movimentos sociais urbanos. In: DURIGUETTO, M. L. E ABRAMIDES, M. B (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social – uma relação necessária**. São Paulo. Cortez. 2014, p. 245-262.

_____. Movimentos sociais urbanos e o direito à cidade: a experiência do MTST na conquista e ampliação da política pública de direito à moradia. ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL. 3. ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL. 10. **Anais...** Vitória/ES, 2015.

_____. Cidade, movimentos sociais e Serviço Social: desafios ao projeto éticopolítico. 4 ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL. 11 ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL. 10. **Anais...** Vitória/ES, 2016.

FILHO, Niemeyer (org). Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: **Ipea**, 2013.

FONTES, V. Hegemonismos e Política. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.), **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

FREDERICO, C. Consciência operária no Brasil: estudo com um grupo de trabalhadores. São Paulo. Editora Ática, 1978.

_____. Classes e lutas sociais. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.v.1 a 6.

GUERRA, E. C.; GUIMARÃES, M. C. R.; SILVA, R. C. A questão urbana e a produção acadêmica do Serviço Social Brasileiro em foco. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 12, n.24, p. 191-214, jul./dez. 2012.

HARVEY, D. A Liberdade da Cidade: In: VAINER, C. et al. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo. 2013.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10ª ed. São Paulo, Cortez, 2006

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IASI, M. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. In: SALVADOR, E. et al. (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

LEFEBVRE, H. A Reprodução das Relações de Produção. Tradução: Antonio Ribeiro e M. do Amaral. **Cadernos O Homem e a Sociedade**. Porto (Portugal): Publicações Escorpião, 1973, 115 p.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. Edição Brasileira: Expressão Popular, São Paulo, 2012.

MANDEL, E. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural. 1982.

MARANHÃO, César. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, A.E. **O Mito da Assistência Social - ensaios sobre Estado, Política e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2010.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido. In: VAINER, C. et al. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MATTOS, Marcelo Badaró (org.), **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MOTA, A. E. **Desenvolvimentismo e Construção de hegemonia**. Crescimento econômico e Reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Prefácio. In: DURIGUETTO, M. L. E ABRAMIDES, M. B (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social – uma relação necessária**. São Paulo. Cortez, 2014, p. 245-262.

NETTO, José Paulo. **O Leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2012.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

RAICHELIS, R. Gestão Pública e a Questão Social na Grande Cidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 69, 2006.

VAINER, C. B. Quando a cidade vai às ruas. In: VAINER, C. et al. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo. 2013, p. 35-40.